

ECONOMIA

RIQUEZA FINITA

Os riscos do petróleo

Peso de 'royalties' dobra na arrecadação estadual e especialistas temem dependência

Luciana Rodrigues

Com uma economia que cresce ao ritmo da produção e refino de petróleo, o Rio tem contado cada vez mais com essa commodity também nas suas finanças estaduais. Dados do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do governo do Estado mostram que, em 2000, a indenização pela extração de petróleo (que inclui royalties e participações especiais) respondia por 5,2% da arrecadação estadual. Este ano, até o dia 1º de novembro, essa parcela mais do que dobrou e alcançou 12,5%. Enquanto isso, a arrecadação de ICMS, que era de 50,7% do total em 2000 e chegou a 53,5% em 2002, este ano ficou em só 49%.

Especialistas em petróleo e estudiosos de finanças públicas alertam para os riscos de o estado amparar seu orçamento numa receita que, um dia, vai acabar. O petróleo é um recurso não-renovável e as expectativas são de que haverá prospeção, no Estado do Rio, por pelo menos 20 anos. Mas, depois, o futuro dessa atividade econômica é incerto.

Este ano, o Rio já recebeu R\$ 2,98 bilhões em royalties e participações especiais. É uma quantia superior à arrecadação de ICMS de setores como de telecomunicações (R\$ 1,94 bilhão) e energia (R\$ 1,80 bilhão).

— O risco é o estado acomodar seus gastos correntes a uma receita que é exaurível. Se não dermos aos royalties um uso de investimentos, ficaremos mal servidos — afirma Sérgio Quintella, que foi conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio e hoje é vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Os números da execução orçamentária do estado mostram que, desde 2003, mais de 80% dos recursos dos royalties são usados para pagar dívidas e encargos com a União, dentro do acordo de saneamento das finanças estaduais feito com o governo federal em 1999.

O secretário estadual de Energia, Wagner Viciet, argumenta que o uso dos royalties para quitar dívida com a União proporciona uma fonte de caixa que permite ao governo promover o desenvolvimento econômico:

— Não existe dinheiro carimbado, as contas do governo são como vasos comunicantes. O estado tem investido em infra-estrutura e criado incentivos para atrair empresas.

Viciet lista como exemplos das ações do governo a insistência para que a Petrobras instalasse uma refinaria no Rio (prevista para entrar em operação em 2010), os projetos para construir uma estrada de acesso ao novo Pólo Gás-Químico, uma ponte que liga São Pedro da Aldeia e Cabo Frio e as isenções fiscais para a instalação de cinco termelétricas no estado. E argumenta que é natural que, num estado produtor de petróleo, a arrecadação com royalties ganhe espaço cada vez maior uma vez que o ICMS sobre esse produto só incide no consumo.

Preocupação com a dependência de fatores aleatórios

O deputado estadual Alessandro Molon (PT) lembra que, além de se destinar ao pagamento de dívida com a União, os royalties serão usados, a partir de 2006, para capitalizar o Rio Previdência, conforme prevê decreto da governadora Rosinha Garotinho. Molon afirma que o ideal seria destinar essa receita à diversificação econômica do estado. Mas, como os royalties já estão vinculados, ele vai apresentar emendas ao Orçamento de 2006 para dedicar outros recursos à pesquisa científica e ao fomento da economia fluminense.

— O Rio precisa se preparar para o futuro. Os royalties dependem de fatores externos. O problema surgirá antes mesmo de o petróleo se esgotar, quando a sua extração começar a cair. E aí o estado terá que contar com outras receitas — afirma Molon.

Nos últimos anos, a renda com exploração de petróleo cresceu graças à disparada dos preços no mercado internacional e a um acréscimo na produção da Petrobras, que servem de parâmetros para os royalties. O preço de referência usado pela

Agência Nacional do Petróleo (ANP), que era de US\$ 28,39 o barril em 2000, subiu para US\$ 50,67 este ano. O volume de produção nacional, de 1,23 milhão de barris por dia há cinco anos, subiu para 1,58 milhão. Se não fosse a queda do dólar este ano, os royalties recebidos pelo Rio, que detém 80% da produção nacional, seriam ainda maiores.

Rafael Schechtman, diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE), destaca que, além de sofrer oscilações de preço, a renda do petróleo é vulnerável a decisões estratégicas de investimento. Ele afirma que o cenário é de extração de petróleo no Rio por pelo menos duas décadas.

— Mas na última licitação da ANP houve muito interesse por gás, que não é o forte do Rio. E se amanhã ou depois se descobrir um poço de petróleo leve na Bacia de Santos, por exemplo, os investimentos serão atrasados para lá — explica.

A Petrobras afirma que vai explorar o petróleo do Rio por muito tempo ainda. A estatal adquiriu, na última licitação da ANP, dois blocos em águas profundas na Bacia de Campos e planeja investir no estado, entre 2006 e 2010, US\$ 18,6 bilhões só em produção e exploração.

Mas os royalties, nos próximos anos, têm data certa para diminuir. Nelson Rocha, presidente do Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e ex-secretário estadual de Fazenda, lembra que na renegociação da dívida do estado com a União foi acertada uma antecipação, entre 1999 e 2014, dos recursos que o Rio tinha direito durante 20 anos. Ou seja, entre 2014 e 2019, o estado vai receber apenas o chamado excedente: os valores que superarem os parâmetros definidos no acordo com a União de petróleo a US\$ 17 e produção de 900 mil barris por dia. E o governo quer lançar títulos no mercado financeiro para captar R\$ 600 milhões, dando como garantia o excedente na arrecadação do royalties de 2006.

— A preocupação é saber como é que fica a arrecadação em 2006 — diz o deputado estadual Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB).

• ICMS: RIO CRESCE MENOS QUE O RESTO DO PAÍS, na página 34

Editoria de Arte

O salto dos números

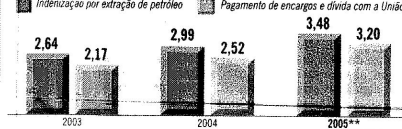
CRESCER A PARTICIPAÇÃO DOS ROYALTIES NA ARRECAÇÃO ESTADUAL

Percentual da indenização pela extração de petróleo (royalties, participação especial e fundo especial) no total arrecadado pelo governo estadual



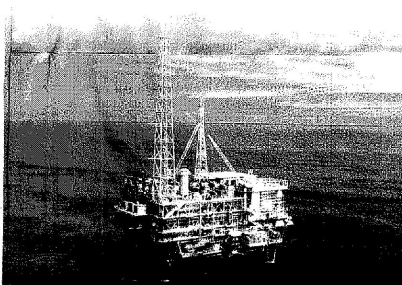
DINHEIRO USADO PELO RIO NO PAGAMENTO DA DÍVIDA COM A UNIÃO

(Em R\$ bilhões / valores se referem ao total liquidado na execução orçamentária de cada ano e inclui sobras do ano anterior)



OS PARÂMETROS USADOS PELA ANP NO PAGAMENTO DOS ROYALTIES

	Preço do petróleo (em US\$)	Taxa de câmbio	Produção de petróleo (em milhões de barris por dia)
1999	17,87	1,81	1,10
2000	28,39	1,83	1,23
2001	24,80	2,35	1,29
2002	24,98	2,82	1,47
2003	28,35	3,19	1,48
2004	38,23	2,95	1,48
2005 (até out)	50,67	2,56	1,58



FONTE: Dados do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) com elaboração do gabinete do deputado Alessandro Molon e estatísticas da ANP